Informação **Projetos de Resolução n.º 649/XIII (2.ª), do PCP e n.º 770, do BE**	Discussão ocorrida nos termos do artigo 128.º n.º 1 do RAR, em reunião da Comissão de 29 de março de 2017

«Recomenda a adoção de medidas urgentes para debelar os problemas com que as unidades dos cuidados de saúde se defrontam decorrentes do subfinanciamento do Serviço Nacional de Saúde».
«Compromisso Plurianual para um maior investimento no serviço nacional de saúde».

1. Os Deputados do Grupo Parlamentar do PCP e do BE tomaram a iniciativa de apresentar os Projetos de Resolução (PJR) n.º 649/XIII (2.ª) e n.º 770/XIII (2.ª), respetivamente, ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 156.º (Poderes dos Deputados) da Constituição da República Portuguesa e da alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º (Poderes dos Deputados) do Regimento da Assembleia da República (RAR).

2. A iniciativa do PCP deu entrada na Assembleia da República a 08 de fevereiro de 2017, tendo sido admitida a 10 de fevereiro, data em que baixou à Comissão de Saúde e a iniciativa do BE deu entrada a 24 de março, tendo sido a admitida a 28 de março, data em que baixou à Comissão de Saúde.

3. A discussão dos Projetos de Resolução (PJR) n.º 649/XIII (2.ª) e n.º 770/XIII (2.ª) ocorreu nos seguintes termos:

A Deputada Carla Cruz apresentou o PJR, que recomenda a adoção de medidas urgentes para debelar os problemas com que as unidades dos cuidados de saúde se defrontam, decorrentes do subfinanciamento do Serviço Nacional de Saúde, que é crónico e não foi colmatado, pese embora tenha havido transferência de verbas, o que consideram positivo. O subfinanciamento do SNS dificulta a contratação de profissionais e a prestação de cuidados de saúde e também o atraso do pagamento a fornecedores. Defende que o Estado poderia recorrer ao laboratório militar que, apesar das limitações, está preparado e tem condições para aumentar a capacidade de resposta, diminuindo assim as verbas a pagar à indústria farmacêutica. O problema é agravado também pela excessiva contratualização de serviços externos, que no OE para 2017 representa uma verba de 3,5 milhões de euros, devendo muitos destes fornecimentos ser prestados pelo Estado para libertar verbas para aquisição e renovação de equipamento e de instalações. Assim, o PCP recomenda ao Governo medidas destinadas a «*garantir um financiamento adequado do SNS e desenvolver plenamente as suas potencialidades, quer através do total aproveitamento da capacidade instalada, quer do reforço dos*

recursos necessários para garantir a prestação de cuidados de saúde com elevados padrões de qualidade, proximidade e acessibilidade dos utentes».

O Deputado Moisés Ferreira apresentou o PJR sobre o compromisso plurianual para um maior investimento no Serviço Nacional de Saúde. Disse que o ponto de partida é a identificação do problema, ou seja, o subfinanciamento do SNS, que é crónico, mas que se agravou entre 2010 e 2015. São necessárias mais transferências para o SNS, via Orçamento do Estado, para que não chegar ao fim do ano com défice. Embora tenha havido mais transferências nos últimos dois anos, elas não são suficientes e daí a recomendação para se estabelecer um compromisso plurianual para aumentar as verbas do SNS, estimando-se que sejam necessários 400 a 500 milhões de euros anuais. O défice no SNS repercute-se na perda de profissionais e na obsolescência dos equipamentos, com consequências gravosas para os utentes. O PJR recomenda que «*o Governo apresente um compromisso plurianual que permita um horizonte de previsibilidade, de aumento do financiamento e do orçamento do SNS. Esse compromisso deve traduzir-se num aumento do investimento a realizar em edifícios e equipamentos, na criação e dotação do Fundo de Inovação Terapêutica e na dotação programas, medidas e políticas concretas destinadas à promoção da saúde e prevenção da doença*».

De seguida usaram da palavra os seguintes Deputados:

Isaura Pedro referiu que convém não esquecer que o SNS viveu um período grave antes de 2011, em que o PS conduziu o país a uma situação de bancarrota, e, nessa altura, a dívida representava mais de 60% do seu orçamento. Nos anos seguintes, apesar das dificuldades, o setor da saúde foi alvo de uma discriminação positiva. Disse que a despesa com o SNS em fevereiro representa um aumento de 20%, relativamente ao período homólogo do ano anterior. Não lhe merecem quaisquer objeções as recomendações destes PJR, propondo também que o atual Governo continue a política do anterior no sentido de reduzir as dívidas do SNS;

António Sales salientou que o subfinanciamento do SNS é uma questão muito séria. De facto, o financiamento padrão para a Saúde recomendado pela OCDE é superior ao praticado, destacando que em 2015 o financiamento do SNS era inferior ao de 2010. O financiamento é uma escolha e o subfinanciamento tem a ver com os recursos do país. Reconhece que o Governo está a fazer um esforço para internalizar serviços e a proceder a avaliações às PPP, mas é na discussão do OE que essa discussão se fará e é lá que se pronunciarão;

Isabel Galriça Neto referiu que o CDS-PP tem dito, desde o início da Legislatura, que tem havido quebra de investimento, o que é reconhecido pelo Ministro. Tem acompanhado e chamado a atenção para a acumulação de dívida e para a redução de investimento público no SNS. Tem sinalizado dificuldades desde há meses, considerando que os Projetos de Resolução fazem todo o sentido. O CDS até teria outras questões a apresentar, porque foram feitas escolhas que agravam o funcionamento do SNS.

4. Os Projetos de Resolução n.º 649/XIII (2.ª) e n.º 770/XIII (2.ª) foram objeto de discussão na Comissão de Saúde, em reunião de 29 de março de 2017.

5. A informação relativa à discussão dos PJR's n.º 649/XIII (2.ª) e n.º 770/XIII (2.ª) será remetida ao Presidente da Assembleia da República, nos termos e para os efeitos do n.º 1 do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República.

Assembleia da República, 29 de março de 2017

Pelo **O PRESIDENTE DA COMISSÃO,**

(José Matos Rosa)